

AÇÃO PENAL 1.455 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REVISOR	: MIN. NUNES MARQUES
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
RÉU(É)(S)	: FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA
ADV.(A/S)	: ARTUR ALEXANDRE GADE NEGOCIO OLIVEIRA

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):

Trata-se de denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República imputando ao investigado **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA**, brasileiro, nascido em 25/09/1976, filho de João Aparecido Filho e Denilza Maximo da Silva, CPF nº 030.142.296-60, residente na Rua José Teixeira, nº 30, bairro Santa Rosa, Itajuba/MG, CEP: 37501-572, a prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), observadas as regras do art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

De acordo com a peça acusatória, os fatos criminosos imputados circunscrevem-se aos delitos acima referidos, na medida em que o acusado se associou a outros manifestantes (réus em ações penais diversas, em curso perante esta Corte), em acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, localizado em Brasília/DF, com o objetivo de praticar crimes contra o Estado Democrático de Direito, passando a incitar, publicamente, animosidade das Forças Armadas contra os demais Poderes da República (eDoc. 1).

O Subprocurador-Geral da República, consignou, ainda, que “*em razão da complexidade dos fatos e da investigação, que não há arquivamento explícito ou implícito em relação a nenhum outro potencial crime que possa ter sido cometido pelo denunciado, haja vista a possibilidade de elucidação de novas condutas delituosas a partir da chegada dos laudos periciais, imagens, geolocalização, oitivas de testemunhas e vítimas das agressões ou qualquer outra prova válida*”, reservando-se no direito de aditar a peça acusatória ou de

AP 1455 / DF

oferecer novas denúncias, caso sejam elucidados novos delitos por ele praticados.

FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA foi notificado no Centro de Detenção Provisória II do Complexo Penitenciário do Distrito Federal, no dia 2/3/2023 (eDoc. 4), para apresentar resposta à denúncia no prazo legal, oportunidade na qual requereu, em síntese: a) seja concedida a *imediata liberdade provisória ao denunciado*; b) *preliminarmente, seja declarada a incompetência do juízo com o consequente declínio da competência para a 1ª instância da Justiça Federal*; c) *no mérito, seja o pleito de rejeição da denúncia apreciado pelo PLENÁRIO DO STF*; d) *seja oportunizada à defesa a sustentação oral*; e) *Seja a denúncia REJEITADA*; f) *caso não seja rejeitada a denúncia, sejam os autos remetidos ao Ministério Público para que ofereça o Acordo de não persecução penal*; g) *subsidiariamente, seja adotado o procedimento previsto no art. 400 do CPP para que o acusado seja interrogado apenas após a produção probatória* (eDoc. 5).

A denúncia foi recebida pelo Plenário desta SUPREMA CORTE em acórdão publicado em 1º/6/2023 (eDoc. 11), assim ementado:

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais

abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a consequente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face

de FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA, pela prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, *caput* (associação criminosa), c/c. art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

O Tribunal, por maioria, recebeu a denúncia oferecida contra **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** em relação aos crimes previstos nos arts. 286, parágrafo único, e 288, *caput*, c/c. art. 69, *caput*, todos do Código Penal, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Nunes Marques e André Mendonça, que, preliminarmente, reconheciam a incompetência do Supremo Tribunal Federal e, superada essa questão, rejeitavam a denúncia. Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023.

Em 20/6/2023, a ação penal foi a mim distribuída e, na mesma data, determinei a citação do réu (eDoc. 14).

O réu foi citado em 3/7/2023, e apresentou defesa prévia em 7/7/2023, oportunidade em que arrolou 14 (quatorze) testemunhas (eDoc. 20).

Nos termos da decisão replicada do Inquérito 4921, determinou-se o sobrestamento da ação penal, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, para possibilitar a realização de Acordo de Não Persecução Penal (eDoc. 24).

Ausentes as hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, designei audiência de instrução que foi realizada pelo Juiz Auxiliar deste Gabinete, André Salomon Tudisco, na data de 26/8/2024 (eDoc. 31), oportunidade em que foi realizado o interrogatório do réu, que exerceu seu direito constitucional ao silêncio, tendo em vista que houve desistência das testemunhas arroladas pela acusação, e a defesa não apresentou testemunhas, independentemente de intimação (eDoc. 48).

Os termos de audiência, bem como a gravação dos respectivos atos, - foram disponibilizados nos autos pela Secretaria Judiciária (eDocs. 47-48 e 51-52).

Encerrado o interrogatório do réu, as partes foram intimadas em

AP 1455 / DF

audiência para se manifestarem sobre necessidade da realização de diligências (art. 402, do CPP).

A Defesa, então, requereu: “*i) A disponibilização nos presentes autos na íntegra de todas as imagens gravadas das câmeras de segurança no dia 8 de janeiro de 2023, no horário compreendido entre 13 e 18 horas, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal); ii) Seja oficiado à Polícia Federal para que forneça o rol de pertences apreendidos dos presos no dia 9 de janeiro de 2023”* (eDoc. 44).

Não foram apresentados quaisquer pedidos de diligências pela Procuradoria-Geral da República (eDoc. 49).

Em 28/8/2024, indeferi os pedidos de diligências formulados pela Defesa constituída, pois, além de desacompanhados de respectiva justificativa, tratavam-se de diligências meramente protelatórias (eDoc. 53).

Em despacho de 2/9/2024, determinei a abertura de vista para a apresentação, sucessivamente, das alegações finais, nos termos do art. 11 da Lei 8.038/90 (eDoc. 58). Na mesma oportunidade, determinei à Secretaria Judiciária que oficiasse ao Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais Eleitorais da residência da acusada, bem como ao TJDF e TRF1, para que enviassem as certidões de antecedentes criminais da acusada, observando que, na hipótese de ser positiva, deveria vir acompanhada da certidão de objeto e pé, com efetivo detalhamento do trâmite do processo mencionado (eDoc. 58).

Em resposta foram encaminhadas as seguintes certidões: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (eDoc. 65), Tribunal de justiça de Minas Gerais (eDoc. 66 e 68), Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (eDoc. 69), Tribunal Regional Federal da 6ª Região (eDoc. 71), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (eDoc. 73), todas negativas.

Em 17/9/2024, a Procuradoria-Geral da República apresentou os seguintes argumentos em alegações finais (eDoc. 74):

- 1) os elementos de informação obtidos na fase inquisitiva e

as provas produzidas durante a instrução processual comprovaram a materialidade e a autoria delitivas nos autos;

2) o propósito ilícito da associação criminosa, plenamente difundido e conhecido por seus integrantes, insuflava as Forças Armadas à tomada do poder, tendo como substrato a alegação de fraude eleitoral e exercício arbitrário dos Poderes Constituídos. Com a participação do réu, o grupo possuía como objetivo último o impedimento do exercício dos Poderes Constitucionais e a deposição do governo legitimamente constituído, incitando o Exército Brasileiro a estabelecer e consolidar regime de exceção;

3) o delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de pelo menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar;

4) o delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os Poderes Constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

Requereu, ao fim, a PROCEDÊNCIA da ação penal pública *para condenar o réu pelas condutas penais de associação criminosa (art. 288, caput, do CP) e incitação ao crime, na forma equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, do CP), nos termos do art. 69, caput, do CP (concurso material).*

AP 1455 / DF

Em 26/9/2024, a Defesa de **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** apresentou alegações finais, formulando, ao final, os seguintes requerimentos (eDoc. 77):

- "a) Preliminarmente, seja reconhecida a inépcia da denúncia e, como consequência, seja o processo declarado nulo;*
- b) Ainda em preliminar, seja declarada a incompetência absoluta do Supremo Tribunal Federal para julgamento da presente ação penal;*
- c) Ainda preliminarmente, seja reconhecido o impedimento do relator;*
- d) Ainda preliminarmente, seja anulado o processo, em razão das constantes violações ao contraditório e à ampla defesa;*
- e) Ainda preliminarmente, seja anulada a audiência de instrução por violação à ampla defesa;*
- f) No mérito, seja o réu absolvido em razão da atipicidade da conduta ou, alternativamente, por absoluta ausência de provas;*
- g) Por fim, requer sejam as medidas cautelares diversas da prisão impostas ao acusado, revogadas com fundamento no art. 316 do CPP, utilizado subsidiariamente às cautelares."*

1. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

A competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o julgamento da presente ação penal já foi devidamente decidida pelo PLENÁRIO por ocasião do recebimento da denúncia (Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023), conforme se verifica no item 1 da EMENTA:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS

DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

1. Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

2. O Acordo de não persecução penal (ANPP) é um importante instrumento de política criminal dentro da nova realidade do sistema acusatório brasileiro, não constituindo direito subjetivo do acusado. Legalidade em seu não oferecimento pela Procuradoria-Geral da República, em razão do exercício legítimo de sua discricionariedade mitigada. Precedentes.

3. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações violentas visando ao rompimento do Estado de Direito, com a consequente instalação do arbítrio.

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal

(CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

7. DENÚNCIA INTEGRALMENTE RECEBIDA em face de FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA, pela prática das condutas descritas nos arts. 286, parágrafo único (incitação ao crime), e 288, *caput* (associação criminosa), c/c. art. 69, *caput* (concurso material), todos do Código Penal.

No âmbito do Inq 4.922, instaurado objetivando a apuração das condutas omissivas e comissivas dos denominados EXECUTORES MATERIAIS, foram oferecidas 461 (quatrocentas e sessenta e uma) denúncias, tendo todas sido recebidas por essa CORTE SUPREMA, com o reconhecimento de sua competência, além do recebimento de outras mais de 1096 (mil e noventa e seis) denúncias oferecidas e recebidas pelo PLENÁRIO e pela PRIMEIRA TURMA pelos crimes previstos nos artigos 286, parágrafo único, 288, *caput*, nos termos do artigo 69, todos do Código Penal, a exemplo do presente feito.

Dessa maneira, a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para as ações penais referentes aos gravíssimos crimes praticados no dia 8 de janeiro foi analisada e reconhecida pelo Plenário da CORTE em 1.557 (mil e quinhentos e cinquenta e sete) decisões.

Portanto, não prospera o argumento já rechaçado, de que esta

AP 1455 / DF

CORTE SUPREMA seria incompetente para apurar, processar e julgar os fatos aqui narrados, pois a responsabilização legal de todos os autores e partícipes dos inúmeros crimes atentatórios ao Estado Democrático de Direito, que culminaram com as condutas golpistas do dia 08/01/2023, deve ser realizada com absoluto respeito aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, inclusive sem qualquer distinção entre servidores públicos civis ou militares.

As garantias fundamentais aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, diferentemente do que ocorria nos textos constitucionais anteriores, foram incorporadas ao texto da Constituição brasileira de 1988.

A garantia do Devido Processo Legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutório e plenitude de defesa, visando salvaguardar a liberdade individual e impedir o arbítrio do Estado.

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no Devido Processo Legal e no princípio do Juiz Natural, proclamadas nos incisos LV, XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, suas garantias indispensáveis.

Como consagrado pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

“O princípio da naturalidade do Juízo – que traduz significativa conquista do processo penal liberal, essencialmente fundado em bases democráticas – atua como fator de limitação dos poderes persecutórios do Estado e representa importante garantia de imparcialidade dos juízes e tribunais” (STF – 1a T. – HC no 69.601/SP – Rel. Min. CELSO DE MELLO, Diário da Justiça, Seção I, 18 dez. 1992, p. 24.377).

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição

AP 1455 / DF

Federal, devendo a observância desse princípio ser interpretada em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Nesse mesmo sentido, decidiu o TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO:

“O mandamento ‘ninguém será privado de seu juiz natural’, bem como ocorre com a garantia da independência dos órgãos judiciários, deve impedir intervenções de órgãos incompetentes na administração da Justiça e protege a confiança dos postulantes e da sociedade na imparcialidade e objetividade dos tribunais: a proibição dos tribunais de exceção, historicamente vinculada a isso, tem a função de atuar contra o desrespeito sutil a esse mandamento. Como esses dispositivos em sua essência concretizam o princípio do Estado de Direito no âmbito da constituição (organização) judiciária, elas já foram introduzidas na maioria das Constituições estaduais alemãs do século XIX, dando-lhes, assim, a dignidade de norma constitucional. O art. 105 da Constituição de Weimar deu prosseguimento a esse legado. À medida que os princípios do Estado de Direito e Separação de Poderes se foram aprimorando, também as prescrições relativas ao juiz natural foram sendo aperfeiçoadas. A lei de organização judiciária, os códigos de processo e os planos de distribuição das causas (definidos nas Geschäftsordnungen – regimentos internos) dos tribunais determinavam sua competência territorial e material, (o sistema de) a distribuição das causas, bem como a composição dos departamentos individualizados, câmaras e senados. Se originalmente a determinação ‘ninguém será privado de seu juiz natural’ era dirigida sobretudo para fora, principalmente contra qualquer tipo de ‘justiça de exceção’ (Kabinettsjustiz), hoje seu alcance de proteção estendeu-se

também à garantia de que ninguém poderá ser privado do juiz legalmente previsto para sua causa por medidas tomadas dentro da organização judiciária” (Decisão – Urteil – do Primeiro Senado de 20 de março de 1956 – 1 BvR 479/55 – Cinquenta anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Coletânea Original: Jürgen Schawabe. Organização e introdução. Leonardo Martins. Konrad Adenauer – Stiftung – Programa Estado de Derecho para Sudamérica, p. 900/901).

Em total e absoluta observância aos princípios do Devido Processo Legal e do Juiz Natural, o PLENÁRIO DA CORTE confirmou a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para a presidência dos inquéritos que investigam os crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei 13.260/16, e no artigo 147 (ameaça), no artigo 147-A, § 1º, III, (perseguição), no artigo 163 (dano), no artigo 286 (incitação ao crime), no artigo 250, §1º, inciso I, alínea “b” (incêndio majorado), no artigo 288, *caput*, e seu parágrafo único (associação criminosa e associação criminosa armada), no artigo 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), no artigo 359-M (golpe de Estado), todos do Código Penal (Inq. 4.879 Ref e Inq. 4.879 Ref segundo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Pleno, DJe 10/04/2023).

Esta Denúncia decorre de investigações conduzidas nesta SUPREMA CORTE, por meio dos Inqs. 4.917/DF, 4.918/DF, 4.919/DF, 4.920/DF, 4.921/DF, 4.922/DF, 4.923/DF e Pets dela derivadas, em razão dos atos que resultaram na invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 8/1/2023, caracterizando em tese os crimes de associação criminosa, incitação ao crime, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, e dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima.

A extensão e consequências das condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do Código Penal) e das demais condutas imputadas ao denunciado são objetos de diversos procedimentos em trâmite neste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL direcionados a descobrir a autoria dos financiadores e dos incitadores, inclusive autoridades públicas, entre eles aqueles detentores de prerrogativa de foro.

O Inq. 4.921 foi instaurado objetivando a apuração das condutas dos denominados PARTÍCIPES POR INSTIGAÇÃO, pela prática dos crimes de incitação ao crime (artigo 286, parágrafo único, do Código Penal) e associação criminosa (artigo 288 do Código Penal), no contexto dos atos praticados em 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, especificamente nas sedes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, do CONGRESSO NACIONAL e do PALÁCIO DO PLANALTO, bem como junto ao acampamento montado em frente ao QUARTEL GENERAL do Exército, em Brasília.

Nota-se, pois, que as investigações, analisadas as condutas em conjunto, têm por objeto, DENTRE OUTRAS, a prática do delito de associação criminosa, cujo objetivo principal é a prática de crimes, tais como abolição do Estado democrático de Direito (art. 359-L), e também golpe de Estado (art. 359-M), com deposição do governo eleito de forma legítima nas Eleições Gerais de 2022.

A pedido da Procuradoria-Geral da República, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL determinou a instauração de quatro Inquéritos: Inq. 4920, relativo aos FINANCIADORES dos atos antidemocráticos, que prestaram contribuição material/financeira para a malfadada tentativa de golpe; Inq. 4921, relativo aos PARTÍCIPES POR INSTIGAÇÃO, que de alguma forma incentivaram a prática dos lamentáveis atos; Inq. 4922, relativo aos AUTORES INTELECTUAIS E EXECUTORES, que ingressaram em área proibida e praticaram os atos de vandalismo e destruição do patrimônio público; e Inq. 4923, relativo às AUTORIDADES DO ESTADO RESPONSÁVEIS POR OMISSÃO IMPRÓPRIA.

Todas as investigações referem-se aos mesmos atos criminosos resultantes da invasão e depredação dos prédios do CONGRESSO NACIONAL, PALÁCIO DO PLANALTO e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ocorridos em 08/01/2023, sendo EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** na presente denúncia – por incursão nas penas previstas no artigo 286, § único, e no artigo 288, ambos do Código Penal – e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE.

Ressalte-se, inclusive, que alguns DETENTORES DE PRERROGATIVAS DE FORO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já foram identificados e estão sendo investigados, notadamente os Deputados Federais CARLOS JORDY, CABO GILBERTO SILVA, FILIPE BARROS e GUSTAVO GAYER.

Há, portanto, como bem sustentado pela Procuradoria-Geral da República, a ocorrência dos denominados delitos multitudinários, ou seja, aqueles praticados por um grande número de pessoas, em que o vínculo intersubjetivo é amplificado significativamente, pois “*um agente exerce influência sobre o outro, a ponto de motivar ações por imitação ou sugestão, o que é suficiente para a existência do vínculo subjetivo, ainda que eles não se conheçam*”.

A Denúncia oferecida pelo Ministério Pùblico aponta que “*Não há dúvida, portanto, de que todos os invasores do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal agiam em concurso de pessoas, unidos pelo vínculo subjetivo para a realização da obra comum, devendo ser rigorosamente responsabilizados por seus atos*”.

Vislumbra-se, neste caso, que a prova das infrações supostamente cometidas por **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA**, ou ainda, suas circunstâncias elementares, podem influir diretamente nas investigações envolvendo investigados com prerrogativa de foro.

Observe-se, ainda, que foi a própria Procuradoria-Geral da

AP 1455 / DF

República, órgão máximo do Ministério Público da União e com atribuição para atuar perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que ofereceu a denúncia em virtude da competência desta CORTE para processar e julgar o presente caso, em face da CONEXÃO apresentada e pleiteia a manutenção do caso na CORTE, pois afirma que as investigações podem levar a novas imputações ao denunciado, o que por si, também, afasta a alegação de violação do Promotor natural, como pretende a Defesa.

A comprovar que, de fato, as infrações praticadas e investigadas nos inquéritos mencionados possuem estreita relação.

Dessa maneira, nos termos do art. 76, do Código de Processo Penal, a competência deve ser determinada pela conexão:

I- se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II- se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III- quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

Não bastasse a existência de coautoria em delitos multitudinários, há, ainda, conexão probatória com outros dois inquéritos que tramitam no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, que investigam condutas atentatórias à própria CORTE, o Inq 4.781, das “Fake News” e a prática de diversas infrações criminais por milícias digitais atentatórias ao Estado Democrático de Direito, investigada no Inq 4.874, cujos diversos investigados possuem prerrogativa de foro: Senador FLÁVIO

BOLSONARO e os Deputados Federais OTONI DE PAULA, CABO JÚNIO DO AMARAL, CARLA ZAMBELLI, BIA KICIS, EDUARDO BOLSONARO, FILIPE BARROS, LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA, GUIGA PEIXOTO e ELIÉSER GIRÃO.

Dessa forma, não há dúvidas sobre a competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar e julgar a presente ação penal, pois É EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE CONEXÃO entre as condutas atribuídas a **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos referidos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro nessa SUPREMA CORTE, conforme já decidido em situações idênticas nos julgamentos de mérito das AP's 1060, 1183 e 1502 (de minha relatoria, Sessões Plenárias de 13/9/2023 e 14/9/2023).

Nesse exato sentido, analisando a presente hipótese, o PLENÁRIO dessa SUPREMA CORTE decidiu pela sua competência no momento do recebimento da denúncia:

Competência deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para analisar o recebimento da denúncia e para processar e julgar posterior ação penal, em face de evidente conexão entre as condutas denunciadas e aquelas investigadas no âmbito mais abrangente dos procedimentos envolvendo investigados com prerrogativa de foro. (INQ 4921-centésimo nonagésimo oitavo, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023)

Desta forma, não há dúvidas sobre a competência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o processo e julgamento da presente ação penal.

2. INEXISTÊNCIA DE INÉPCIA DA INICIAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO

ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

A alegação de inépcia da denúncia, sob o fundamento de que a narrativa acusatória não individualizou as condutas atribuídas ao réu, já foi devidamente afastada pelo PLENÁRIO dessa SUPREMA CORTE, em Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023, conforme demonstrado nos itens 4, 5 e 6 da EMENTA:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

(...)

4. Denúncia apta oferecida pelo Ministério Público Federal com exposição clara e compreensível de todos os requisitos necessários exigidos.

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a

AP 1455 / DF

classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

(INQ 4921-RD ducentésimo sexagésimo quinto, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023).

A tese defensiva não merece prosperar, uma vez que estamos diante dos denominados crimes multitudinários, conforme reconhecido pelo PLENÁRIO desta SUPREMA CORTE na decisão de recebimento da denuncia e detalhado no item seguinte.

Na esteira da histórica lição do mestre JOÃO MENDES DE ALMEIDA JÚNIOR, a acusação precisa apresentar uma exposição narrativa e demonstrativa do fato com todas as suas circunstâncias, isto é, não só a ação transitiva, como a pessoa que a praticou (*quis*), os meios que empregou (*quibus auxiliis*), o malefício que produziu (*quid*), os motivos que o determinaram (*quomodo*), o lugar onde a praticou (*ubi*), o tempo (*quando*). Demonstrativa, porque deve descrever o corpo de delito, indicar as razões de convicção e apresentar o rol de testemunhas, como apontado em sua preciosa obra (*O processo criminal brasileiro*, v. II, Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1959, p. 183).

A denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal conteve a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas (Inq 2.482/MG, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 15/9/2011; Inq 1.990/RO, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 21/2/2011; Inq 3.016/SP, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, DJe de 16/2/2011; Inq 2.677/BA, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 21/10/2010; Inq 2.646/RN, Rel. Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, DJe de 6/5/2010).

Assim, fica evidenciado que o discurso acusatório permitiu ao

denunciado a total compreensão das imputações contra ele formuladas e, por conseguinte, garantiu o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

Não há dúvida de que a inicial acusatória expôs de forma clara e comprehensível todos os requisitos exigidos, tendo sido coerente a exposição dos fatos, e permitiu ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta CORTE (Inq 3.204/SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 3/8/2015; AP 560/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 11/6/2015).

Portanto, AFASTO A ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL, pois foram preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), garantindo-se ao réu o amplo direito de defesa, contraditório e o devido processo legal.

3. INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DOS MINISTROS DESTA SUPREMA CORTE.

Não merece acolhida o requerimento da Defesa no sentido de que seja reconhecida a nulidade do processo em razão do impedimento e suspeição deste Ministro Relator, Alexandre de Moraes, desta SUPREMA CORTE.

A suspeição e impedimento dos Ministros desta CORTE para julgamento das ações penais oriundas dos eventos do dia 8/1/2023 já foi devidamente rejeitada pelo Plenário deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no julgamento do mérito das Ações Penais 1.060, (Sessão Plenária Presencial de 14/9/2023), 1.116 (Sessão Plenária Virtual de 6/10/2023 a 17/10/2023, DJe 12/1/2024), 1.192 (Sessão Plenária Virtual de 6/10/2023 a 17/10/2023) e 1.067 (Sessão Plenária Virtual de 13/10/2023 a 23/10/2023), todas de minha relatoria.

Constou da ementa do julgamento:

Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PERMITE A PROPAGAÇÃO DE IDEIAS CONTRÁRIAS À ORDEM CONSTITUCIONAL E AO ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, ARTIGOS 5º, XLIV, E 34, III E IV), TAMPOUCO A REALIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS VISANDO À RUPTURA DO ESTADO DE DIREITO, POR MEIO DE GOLPE DE ESTADO COM INDUZIMENTO E INSTIGAÇÃO À INTERVENÇÃO MILITAR, COM A EXTINÇÃO DAS CLÁUSULAS PÉTREAS CONSTITUCIONAIS, DENTRE ELAS A QUE PREVÊ A SEPARAÇÃO DE PODERES (CF, ARTIGO 60, § 4º), COM A CONSEQUENTE INSTALAÇÃO DO ARBÍTRIO. ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8/1. CONFIGURAÇÃO DE CRIMES MULTITUDINÁRIOS E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (CP, ART. 288 P.U) PARA A PRÁTICA DOS DELITOS DE ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (CP, ART. 359-L), GOLPE DE ESTADO (CP, ART. 359-M), DANO QUALIFICADO (CP, ART. 163, P. U, I, II, III e IV), DETERIORAÇÃO DO PATRIMÔNIO TOMBADO (ART. 62, I, DA LEI 9.605/1998), DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. AÇÃO PENAL PROCEDENTE.

(...)

2. Rejeitada a preliminar relativa à suspeição dos Ministros dessa CORTE SUPREMA. Pedido extemporâneo. Ausência de razões objetivas na fundamentação do pedido. Precedentes.

(...)

12. AÇÃO PENAL TOTALMENTE PROCEDENTE. (AP 1.060, Sessão Plenária de 14/9/2023).”.

Da mesma maneira, o pedido deveria ter sido apresentado à então eminente Ministra Presidente, com razões objetivas que indicassem algum ferimento à imparcialidade do órgão julgador.

Afasto, portanto, as alegações de impedimento e suspeição, conforme já decidido no julgamento de mérito da AP 1.060 (da minha relatoria, em Sessão Plenária de 13/9/2023).

4. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA.

À defesa foi assegurada plena atuação em favor do réu durante todo o trâmite desta ação penal, com meios e recursos a ela inerentes e observância das garantias intrínsecas à própria concepção do devido processo legal.

A Denúncia foi oferecida pela Procuradoria-Geral da República (eDoc. 1) e **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** foi notificado no dia 2/3/2023 (eDoc. 4), oportunidade na qual requereu, em síntese: a) *seja concedida a imediata liberdade provisória ao denunciado;* b) *preliminarmente, seja declarada a incompetência do juízo com o consequente declínio da competência para a 1^a instância da Justiça Federal;* c) *no mérito, seja o pleito de rejeição da denúncia apreciado pelo PLENÁRIO DO STF;* d) *seja oportunizada à defesa a sustentação oral;* e) *Seja a denúncia REJEITADA;* f) *caso não seja rejeitada a denúncia, sejam os autos remetidos ao Ministério Público para que ofereça o Acordo de não persecução penal;* g) *subsidiariamente, seja adotado o procedimento previsto no art. 400 do CPP para que o acusado seja interrogado apenas após a produção probatória* (eDoc. 5).

A instrução ocorreu em audiência de 26/8/2024, oportunidade em que foi realizado o interrogatório do réu, que exerceu seu direito constitucional ao silêncio, tendo em vista que houve desistência das testemunhas arroladas pela acusação, e a Defesa não apresentou testemunhas, independentemente de intimação (eDoc. 48).

AP 1455 / DF

Em 17/9/2024, a Procuradoria-Geral da República apresentou alegações finais, ao passo que a Defesa do acusado ofertou alegações finais em 26/9/2024.

Não há dúvida, ainda, de que foi franqueado à defesa acesso, na íntegra, aos elementos de prova constantes dos autos, o que permitiu-lhe o exercício da ampla defesa.

Ainda, as teses defensivas foram enfrentadas, apreciadas e devidamente fundamentadas no transcurso da Ação Penal, ao passo que não se visualizam nulidades, provas ilegais ou prejuízo à Defesa.

Ressalte-se que a defesa não apontou qualquer fato específico que poderia, eventualmente, caracterizar comprometimento ao devido Processo Legal e desrespeito ao contraditório e ampla defesa.

Do exposto, infere-se que à defesa foi oportunizada a utilização das faculdades processuais que asseguram a sua efetiva participação no impulsionamento e desdobramentos do feito, a viabilizar, inclusive, todos os meios legítimos de prova para refutar a tese sustentada pela acusação na Denúncia, não prosperando qualquer argumento de cerceamento do exercício daqueles direitos.

Portanto, AFASTO A ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELO CERCEAMENTO DE DEFESA.

5. CONTEXTO DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS: ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL) E INCITAÇÃO AO CRIME, EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP) – CO-AUTORIA DE FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA.

O Ministério Público imputou ao denunciado **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** as condutas de associação criminosa (art. 288, *caput*, do CP) e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das

AP 1455 / DF

Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (art. 286, parágrafo único, do CP), nos termos do art. 69, *caput*, do CP (concurso material), narrando de forma clara, expressa e precisa, o contexto no qual inseridos os eventos criminosos multitudinários.

O Ministério Público sustenta, em alegações finais, a plena caracterização dos delitos multitudinários na presente hipótese, afirmando, em apartada síntese, que os crimes cometidos pelo réu foram resultado da união de indivíduos com o objetivo de abolir violentamente o Estado Democrático de Direito e de realizar um golpe de Estado.

A associação criminosa, com propósito ilegal amplamente conhecido por seus membros desde o início, incentivava as Forças Armadas a tomar o poder sob a alegação de fraude eleitoral e de exercício arbitrário dos poderes constituídos.

O PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, nos julgamentos de mérito das APs 1.060, 1.502, 1.183 (j. Plenário 13/9/2023 e 14/9/2023), 1.109, 1.413, 1.505 (j. SV 16/9/2023 a 2/10/2023), 1.116, 1.171, 1.192, 1.263, 1.498, 1.416 (j. SV 6/10/2023 a 16/10/2023), 1.065, 1.069, 1.090, 1.172, 1.091 (j. SV 17/11/2023 a 24/11/2023), de minha relatoria, definiu que a hipótese dos atos antidemocráticos de 8/1/2023 ocorreu em associação criminosa e no contexto de crimes multitudinários ou de multidão.

Como ensinado por NILO BATISTA,

“De índole completamente diversa é a hipótese do chamado crime multitudinário: parte aqui o legislador (art. 65, inc. III, al. e) de noções produzidas pela criminologia positivista a respeito de influências desinibidoras e ativantes que a multidão em tumulto teria sobre o indivíduo; (...) Os crimes plurissubjetivos admitem a participação, devendo-se observar que qualquer auxílio ao fato converte o cúmplice em autor direto” (Concurso de agentes – uma investigação sobre os problemas da autoria e da participação no direito penal brasileiro. 2º ed – São Paulo: Editora Lumen Juris, 2004).

AP 1455 / DF

No mesmo sentido, os ensinamentos de JULIO FABBRINI MIRABETE:

“é possível o cometimento de crime pela multidão delinquente, como nas hipóteses de linchamento, depredação, saque etc. Responderão todos os agentes por homicídio, dano, roubo, nesses exemplos, mas terão as penas atenuadas aqueles que cometerem o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocaram (art. 65, III, e). A pena, por sua vez, será agravada para os líderes, os que promoveram ou organizaram a cooperação no crime ou dirigiram a atividade dos demais agentes (art. 62, I)”. (Manual de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP – volume 1/ Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini – 34. Ed. – São Paulo, Atlas, 2019,página 234).

Trata-se do mesmo posicionamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em relação aos requisitos necessários para a tipificação dos crimes multitudinários ou de autoria coletiva, pois, ao analisar hipótese de crime de dano qualificado imputado a diversas pessoas pelo fato de haverem depredado as instalações de delegacia policial, em protesto contra a posse de novo titular, decidiu:

“nos crimes multitudinários, ou de autoria coletiva, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica é apurada no curso do processo desde que se permita o exercício do direito de defesa” (HC 73638, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Julgamento: 30/04/1996, Publicação: 07/06/1996).

Nesse mesmo sentido: HC 75868, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 10/02/1998, DJ 06-06-2003; HC 73638, Rel.

AP 1455 / DF

Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 34/04/1996, DJ 07-06- 96); HC 71899, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, julgado em 04/04/1995, DJ 02-06-95). É o mesmo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ao afirmar que:

“(...) não é inepta a denúncia, nem se reveste de qualquer vício a sentença condenatória nela baseada, se, em se tratando de crime multitudinário, não se descreve a conduta individualizada de cada participante da quadrilha” (REsp n. 128.875/RJ, Rel. Min. Anselmo Santiago, Sexta Turma, julgado em 16/12/1997, DJ de 29/6/1998, p. 340.)

Nesse sentido, destaco o voto do Ministro CRISTIANO ZANIN (AP 1.060, de minha relatoria, Sessão Plenária de 13/9/2023):

Essa forma de praticar crimes, especialmente na era da internet, está sendo estudada nos mais diversos países e causa enorme inquietude. Tais estudos nos oferecem a ideia de que os crimes praticados por multidões em tumulto indicam a presença de uma espécie de contágio mental que transforma os aderentes em massa de manobra. De fato, uma análise multidisciplinar do tema mostra que no caso das multidões em tumulto diversos fenômenos psicológicos entram em ação para criar uma ideia de sugestionabilidade: os componentes da turba passam a exercer uma enorme influência recíproca, desencadeando um efeito manada, apto a gerar o que se chama de desindividualização (ou perda das características individuais), que pode levar à prática de atos ilícitos de enorme gravidade.

No mesmo sentido votou o Ministro LUIZ FUX:

Eu fiz algumas anotações, Senhora Presidente, porque, no meu modo de ver, bastaria acompanhar o voto do Relator, de que efetivamente nós estamos diante de um crime multitudinário. Esses

delitos foram praticados por uma multidão espontaneamente organizada no sentido de um comportamento comum contra pessoas e coisas. Eles têm as suas características. O agrupamento de pessoas foi organizado de forma espontânea - falou-se em Festa da Selma -, há liderança e organicidade, que estão sendo apuradas por sua Excelência o Ministro Alexandre de Moraes, e foram impulsionadas pela emoção e pelo tumulto com um objetivo comum.

Igualmente votou a então Presidente da CORTE, Ministra ROSA WEBER:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

Dessa maneira, assiste inteira razão ao Ministério Público em relação a co-autoria em crimes multitudinários praticada por FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA aos crimes de associação criminosa e incitação ao crime, equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais, no contexto dos crimes multitudinários, pois em crimes dessa natureza, a individualização detalhada das condutas encontra barreiras intransponíveis pela própria característica coletiva da conduta, não restando dúvidas, contudo, de que TODOS contribuem para o resultado, eis que se trata de uma ação

conjunta, perpetrada por inúmeros agentes, direcionada ao mesmo fim, conforme já reconhecido pelo PLENÁRIO do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no momento do recebimento da denúncia:

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. INQUÉRITOS DOS ATOS DO DIA 8/1/2023. DENÚNCIA APTA. OBSERVÂNCIA DOS ARTIGOS 41 E 395 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL. NARRATIVA CLARA E EXPRESSA QUE SE AMOLDA À DESCRIÇÃO TÍPICA DOS CRIMES MULTITUDINÁRIOS OU DE AUTORIA COLETIVA IMPUTADOS. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. DENÚNCIA RECEBIDA.

(...)

5. Presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e a necessária justa causa para a ação penal (CPP, art. 395, III), analisada a partir dos seus três componentes: tipicidade, punibilidade e viabilidade, de maneira a garantir a presença de um suporte probatório mínimo a indicar a legitimidade da imputação, sendo traduzida na existência, no inquérito, de elementos sérios e idôneos que demonstrem a materialidade do crime e de indícios razoáveis de autoria.

6. Acusação coerente na exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa, como exigido por esta SUPREMA CORTE. Precedentes.

(INQ 4921-RD ducentésimo sexagésimo quinto, Rel. Min ALEXANDRE DE MORAES, Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 3/5/2023 a 8/5/2023).

As co-autorias nos crimes de associação criminosa (CP, art. 288, *caput*) e incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais (CP, art. 286, parágrafo único), em situações absolutamente idênticas, FORAM CONFESSADAS por, ao menos, 529 réus que encontram-se na mesma situação de FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA e realizaram ANPP - Acordo de Não Persecução Penal - com a Procuradoria-Geral da República, comprometendo-se a:

- (i) prestar serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 150 (cento e cinquenta) horas;
- (ii) participar presencialmente de curso com a temática sobre Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado, com carga horária de 12 (doze) horas;
- (iii) abster-se de participar de redes sociais abertas;
- (iv) cessar todas as práticas delitivas objeto da presente ação penal, não sendo processado por outro crime ou contravenção penal; e
- (v) adimplir prestação pecuniária, cujo valor foi fixado em, até, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Não há dúvidas, portanto, sobre a consumação dos delitos praticados em coautoria por FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA.

6. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288, *CAPUT*, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

AP 1455 / DF

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

O Ministério Público, em suas alegações finais, sustenta que, embora não seja possível precisar o momento exato em que houve a adesão, ou a associação, para a prática de crimes, é certo que ela se deu anteriormente ao dia 8 de janeiro de 2023.

O acampamento montado em frente aos Quartéis-Gerais, mais especificamente o situado em Brasília/DF, apresentava uma complexa e engenhosa organização, demonstrando a estabilidade e a permanência da associação, pressuposto do tipo objetivo.

Conforme demonstrado pela PGR, o propósito criminoso era plenamente difundido e conhecido anteriormente, tendo em vista que os manifestantes insuflavam as Forças Armadas à tomada do poder.

Há diversos registros, inclusive, como apontado pela PGR, sobre a estrutura e a organização observadas no acampamento montado no QGEx, comprovando a materialidade do delito de associação criminosa, conforme detalhado nas alegações finais apresentadas pelo Ministério Público:

O delito de associação criminosa tutela a paz pública e constitui crime formal, de consumação antecipada. Sua configuração ocorre quando um conjunto de ao menos três pessoas se reúne com a finalidade de praticar número indeterminado de crimes, que não precisam se consumar. O verbo nuclear do tipo “associar” faz referência a uma reunião não eventual de pessoas, de modo que, para a configuração do tipo, é fundamental que um caráter relativamente duradouro seja verificado no agrupamento.

A consumação do crime é verificada no momento em que

ocorre a integração do terceiro sujeito ao grupo, bastando, portanto, que seja praticada a conduta prevista no núcleo do tipo (associar-se), tendo por propósito o fim específico de cometer crimes. No ponto, ainda que não seja possível precisar o instante em que o terceiro sujeito aderiu ao grupo, associando-se para a prática de crimes, é certo que referido momento ocorreu anteriormente a 8.1.2023, de modo que a incidência no tipo penal de associação criminosa prescinde da participação efetiva nos atos violentos verificados.

Referida conclusão é confirmada pelo fato de o acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército possuir complexa organização, com distribuição das tendas em setores específicos, sendo destinadas à cozinha e despensa, a medicamentos e atendimento médico, e ao fornecimento de energia por geradores. A presença de acesso à internet, informações, local para realização de cultos religiosos e diversas outras organizações internas afasta a tese de ausência de estabilidade e permanência da associação formada.

O insuflamento à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado ocorreu de forma constante e reiterada, com a incitação pública à prática de crimes pelos associados, culminando nos crimes multitudinários de 8.1.2023.

A associação atuava dolosamente, unida pelo vínculo subjetivo. No ponto, deve ser anotado não ser necessário, para a configuração do vínculo subjetivo, que os agentes se conheçam, bastando a ação por imitação ou sugestão. Referida sugestão deflagradora do comportamento multitudinário iniciou-se antes mesmo de 8.1.2023, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, almejando a insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo fazia expressa referência aos propósitos de “tomada de poder”, em uma investida que “não teria dia para acabar”. Não há que se cogitar, assim, de uma mera manifestação pacífica.

No mesmo sentido, não é exigido que a conduta de todos

seja idêntica, desde que se insira na linha de desdobramento causal dos fatos típicos puníveis. A instrução probatória comprovou que o réu se aliou subjetivamente à associação criminosa (consciência da colaboração e voluntária adesão), com estabilidade e permanência, objetivando a prática das figuras típicas imputadas (finalidades compartilhadas), sendo o resultado produto de uma obra comum. Não há que se falar, portanto, em individualização insuficiente da conduta.

Assim, não importa se a adesão foi anterior ou concomitante à execução do delito, mas, sim, que a conduta praticada por cada agente influencie no resultado criminoso, como ocorreu na espécie. De fato, ainda que o réu tenha chegado ao acampamento em momento posterior à sua criação, o mero fato de ter aderido subjetivamente ao propósito ilícito difundido pela estrutura é suficiente para a configuração do tipo penal.

Quanto ao vínculo de natureza psicológica (subjetiva), importa consignar que são puníveis os agentes que agem e concorrem, voluntária e conscientemente, para produzir a obra comum. Não se exige, porém, prévio acordo ou entendimento recíproco, bastando que as vontades ou representações do resultado estejam encadeadas por meio de um liame de ordem subjetiva. Da análise dos autos, é possível reconhecer que o grupo criminoso, e especificamente o réu, agia com o conhecimento de que cada interveniente concordaria com a ação de outrem, tendo ciência, ainda, de que contribuía para configurar o fato.

As circunstâncias do acampamento, sua estrutura e viés antidemocrático impedem a tese de que o réu não se teria associado com o propósito de cometer crimes. Ao revés, com relação aos atos criminosos praticados, é inegável a vinculação psicológica dos integrantes da associação, o que é demonstrado pela existência de agrupamento permanente, estável e organizado, com estrutura física montada, em que ideias atentatórias ao Estado Democrático de Direito e aos Poderes

Constituídos eram amplamente difundidas.

Sobre os tipos penais imputados ao acusado, o Ministério Público prosseguiu, ressaltando que o crime de associação criminosa, ao tutelar a paz pública, é crime formal de consumação antecipada, configurado quando três ou mais pessoas se reúnem com a intenção de cometer crimes indeterminados, os quais independem da efetiva consumação.

A associação deve ser duradoura, e o crime se consuma com a adesão do terceiro membro ao grupo, desde que o propósito seja cometer crimes.

Destaca-se, ainda, que a complexa organização do acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, com setores específicos para diversas necessidades, demonstra a estabilidade e permanência ínsitos da associação criminosa, o que é o suficiente para a necessária subsunção do fato à norma, em juízo de materialidade delitiva.

Colhe-se, por outro lado, da ampla instrução processual levada a efeito, assim como da manifestação ministerial, que a incitação à abolição do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado eram constantes, de modo a culminar, inclusive, nos crimes cometidos no fatídico 8 de janeiro de 2023.

Tem-se, ainda, que a associação criminosa atuava dolosamente, unida por um vínculo subjetivo de sugestão, não se exigindo que todos os agentes se conhecessem, haja vista que as ações, no contexto de crimes desse jaez, ocorrem por imitação ou sugestão. Certo é, aliás, que a instigação catalizadora da associação criminosa iniciou-se em data anterior a 8 de janeiro de 2023, por meio de mensagens e redes sociais, com a conclamação popular pela tomada do poder.

No caso dos autos, consoante já destacado, a prova produzida demonstrou que o réu associou-se voluntariamente à associação criminosa com estabilidade e permanência, visando às finalidades ilícitas compartilhadas. A adesão do réu ao propósito ilícito da associação é suficiente para a configuração do crime, independentemente do momento

AP 1455 / DF

em que se fixou no acampamento.

O vínculo subjetivo (psicológico) implica que todos os agentes, agindo voluntária e conscientemente, contribuem para o resultado criminoso. Não é necessário prévio acordo, bastando o encadeamento das vontades. A análise dos autos confirma, em suma, que o grupo agia com conhecimento mútuo das ações e consequências.

Registre-se, nesse contexto, trecho de voto da Ministra Rosa Weber, na AP 1.060 (Sessão Plenária de 13/9/2023), elucidativo dos elementos aptos a configurar o crime de associação criminosa:

Com efeito, sobressai do inventário probatório: (i) agrupamento humano armado, dotado de estabilidade e permanência, (ii) reunido, mediante prévio concerto engendrado nas plataformas de social media, (iii) para praticar uma série indefinida de crimes, (iv) materializados nos ataques ao patrimônio da União e a inúmeros bens tombados, bem como na tentativa de abolir o Estado Democrático de Direito – impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais – e de depor o governo legitimamente constituído, expõe a presença dos elementos que compõem a estrutura normativo-típica dos crimes (contra o patrimônio público e contra as instituições democráticas) reportados na peça acusatória.

O réu **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** foi detido, em 9 de janeiro de 2023, no interior do acampamento instalado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília/DF, tendo sido conduzido à Polícia Federal, onde foi lavrado o Auto de Prisão em Flagrante (eDoc. 2).

É inequívoco, segundo os elementos constantes dos autos, que o réu **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** reside em Itajubá/MG, uma vez que a cidade de Itajubá consta no endereço presente no instrumento de procuraçāo outorgado aos seus Defensores (eDoc. 6). Além disso, a

citação e intimação do réu para apresentar defesa prévia foram efetivadas na cidade de Itajubá/MG (eDoc.18), bem como o cumprimento da medida cautelar de comparecimento semanal em Juízo, conforme informações prestadas pelo Juízo da 2^a Vara Crime, Execuções Penais e Violência Doméstica e Familiar conta a Mulher da Comarca de Itajubá/MG (eDocs. 87-88).

Não restam dúvidas, ainda, quanto ao momento, ao local e às circunstâncias em que foi efetivada a prisão do réu, ocorrida no dia 9/1/2023, no interior do acampamento instalado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF, por ocasião da sua desocupação pela Polícia Militar do Distrito Federal.

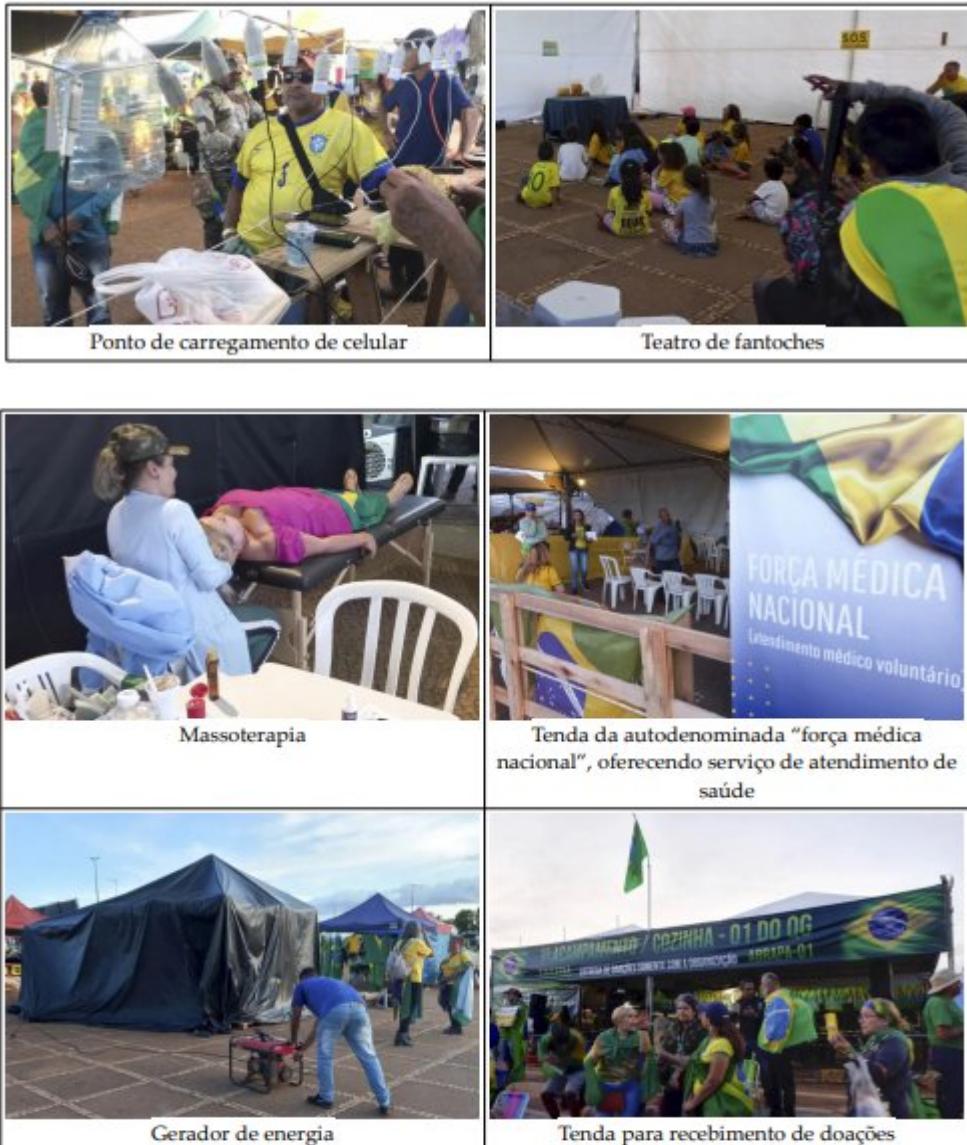
Tais circunstâncias revelam que o réu se deslocou da sua cidade de residência até a Capital da República, com a finalidade atender ao chamado dos demais integrantes da associação criminosa, que já estavam acampados no QGEx incitando uma “*intervenção militar*”, intenção explicitada por meio de faixas e *banners* fixados no acampamento.

Mostra-se relevante destacar, ainda, a inexistência de quaisquer elementos capazes de revelar motivação diversa para justificar a viagem do réu a Brasília/DF.

Os elementos probatórios mencionados são corroborados por, ao menos, 529 réus co-autores dos crimes que confessaram a mesma conduta e firmaram ANPPs com a Procuradoria-Geral da República, devidamente homologados por este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Nesse contexto, inclusive, destaque-se as fotografias juntadas na denúncia que demonstram uma estrutura bem organizada, com barracas, lonas, água, geradores e carregadores de celular.

AP 1455 / DF



Consoante já ressaltado, a análise das condutas perpetradas não pode ser dissociada da associação criminosa que acarretou na barbárie presenciada no dia 8 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, sendo de se destacar que o bando golpista encontrava-se extremamente organizado e com tarefas bem definidas, cabendo ao acusado, no caso, a permanência junto ao acampamento golpista de modo a incitar a prática de crimes por terceiras pessoas, assim como a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes Republicanos devidamente constituídos,

sendo o que basta para a materialidade dos delitos de associação criminosa e incitação ao crime.

Verifica-se, portanto, o intuito comum à atuação da horda golpista, extremamente organizada e efetiva do acusado **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** ao se credenciar para fazer parte do acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília/DF.

Na presente ação penal, portanto, constata-se a comprovação, acima de qualquer dúvida razoável, da aderência do acusado à turba golpista, apta a comprovar seu elemento subjetivo do tipo – DOLO – para a prática do crime imputado pela Procuradoria-Geral da República e previsto no artigo 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

A conclusão referida é reforçada pelo fato de que, mesmo após o dia 8 de janeiro de 2023, o acusado **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA**, permanecia no acampamento golpista, montado em frente ao Quartel-General do Exército, de modo a manter vivo o movimento desordeiro e a busca por um golpe de Estado, até sua detenção pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA pela prática do crime previsto no art. 288, *caput*, do Código Penal (associação criminosa).

7. INCITAÇÃO AO CRIME EQUIPARADA PELA ANIMOSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS CONTRA OS PODERES CONSTITUCIONAIS (ART. 286, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL).

Dispõe a norma penal:

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

A previsão constitucional do Estado Democrático de Direito consagra a obrigatoriedade de o País ser regido por normas democráticas, com observância da Separação de Poderes, bem como vincula a todos, especialmente as autoridades públicas, ao absoluto respeito aos direitos e garantias fundamentais, com a finalidade de afastamento de qualquer tendência ao autoritarismo e à concentração de poder.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e ao ESTADO DEMOCRÁTICO (CF, artigos 5º, XLIV, e 34, III e IV), tampouco a realização de manifestações públicas visando à ruptura do ESTADO DE DIREITO, através da extinção das cláusulas pétreas constitucionais, dentre elas a que prevê a Separação de Poderes (CF, artigo 60, § 4º), com a consequente instalação do arbítrio.

Não é qualquer manifestação crítica que poderá ser tipificada pela presente imputação penal, pois a liberdade de expressão e o pluralismo de ideias são valores estruturantes do sistema democrático, merecendo a devida proteção. A livre discussão, a ampla participação política e o princípio democrático estão interligados com a liberdade de expressão, tendo por objeto não somente a proteção de pensamentos e ideias, mas também opiniões, crenças, realização de juízo de valor e críticas a agentes públicos, no sentido de garantir a real participação dos cidadãos na vida coletiva.

Contudo, tanto são inconstitucionais as condutas e manifestações que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático, quanto aquelas que pretendam destruí-lo, juntamente com suas instituições republicanas, pregando a violência, o arbítrio, o desrespeito à Separação

AP 1455 / DF

de Poderes e aos direitos fundamentais, em suma, pleiteando a tirania, o arbítrio, a violência e a quebra dos princípios republicanos, como se verifica pelas manifestações criminosas ora imputadas ao réu.

Não existirá um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO sem que haja Poderes de Estado, independentes e harmônicos entre si, bem como previsão de Direitos Fundamentais e instrumentos que possibilitem a fiscalização e a perpetuidade desses requisitos; consequentemente, a conduta por parte do réu revela-se gravíssima e corresponde aos preceitos primários estabelecidos nos indigitados artigos do nosso Código Penal.

O teor do movimento golpista que culminou nos ataques aos edifícios-sede dos Poderes variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e a conclave das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito.

Trata-se do tipo penal inserido pela Lei 14.197/21 que abriu novo Título no Código Penal com vistas a proteger o bem jurídico previsto no artigo vestibular da Constituição e objeto de mandado de criminalização previsto no seu art. 5º, XLIV. Isso porque os Crimes contra o Estado Democrático de Direito trazem uma noção de proteção de bem jurídico fundamental e não simplesmente a tutela da segurança nacional.

O tipo penal consagra um instrumento protetivo do Estado Democrático de Direito, como ensina GUILHERME DE SOUZA NUCCI:

“(...) o Estado Democrático de Direito precisa contar com instrumentos legais para combater atividades ilegais, que considerem meios alternativos e violentos para chegar ao poder. Por isso, para assegurar a soberania, o poder nas mãos do povo, exercido pelo pluralismo político, além de garantir a defesa da paz, repudiando atos de grupos armados avessos à

democracia". (Código Penal Comentado, 23^a Ed., Rio de Janeiro: Forense, 2023, p. 1503).

A legislação estabeleceu a tipificação desse crime, como absolutamente necessário à preservação do Estado Democrático de Direito e de suas Instituições previstas na Constituição Federal, como bem ressaltado nas alegações finais apresentadas pela Procuradoria-Geral da República:

O delito de incitação ao crime, por sua vez, envolve a apologia pública de condutas criminosas, tendo como sujeito passivo a sociedade como um todo, por colocar em risco a segurança da coletividade. Sua consumação ocorre a partir da exteriorização da incitação com alcance público, com dolo livre e consciente. A incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os Poderes Constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, deve ter potencialidade para alcançar o resultado almejado, para que, então, possa ser gerada a responsabilização.

Referida potencialidade é demonstrada pelo fato de que o movimento ao qual o réu aderiu possuía significativo grau de lesividade, ao clamar por uma ruptura constitucional que resultasse em tomada de poder pelas Forças Armadas. Tamanho movimento, iniciado na propagação de mensagens de teor antidemocrático por meio de redes sociais e que tomou forma concreta na montagem de acampamento em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, foi elemento essencial na sequência de eventos que resultaram no 8.1.2023. De fato, o cenário de destruição registrado em 8.1.2023 não prescindiu de apoio físico e intelectual fornecido pela incitação ao crime constante verificada no acampamento.

Nesse sentido, os atos praticados pelo réu resultaram em dano concreto à segurança nacional e ao regime representativo e democrático. A participação do acusado, de forma estável e

AP 1455 / DF

permanente, no acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército, incitando publicamente a prática de atos que buscavam a abolição do Estado Democrático de Direito e a destituição do governo legitimamente eleito, permitem o enquadramento de sua conduta nos termos do art. 286, parágrafo único, do Código Penal. O réu, assim, aderiu conscientemente à conduta daqueles que, de forma contínua, incitaram os atos que resultaram no 8.1.2023, razão pela qual não pode alegar ausência de dolo quanto ao resultado alcançado pelo grupo ao qual se associou.

Além disso, de forma a reiterar a sua adesão à finalidade antidemocrática, mesmo após os atos de 8.1.2023, o acusado permaneceu no acampamento montado em frente ao Quartel-General em Brasília, o que resultou em sua prisão em flagrante em 9.1.2023.

O Ministério Público narra, ainda, que, entre outros crimes, os manifestantes, por meio de cartazes e *banners* pretendiam criar clima de animosidade e desconfiança das Forças Armadas em relação ao demais Poderes Republicanos, incluindo o governo legitimamente constituído. Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a “*tomada de poder*”, em uma investida que “*não teria dia para acabar*”.

O acusado **FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA** foi detido e conduzido à Polícia Federal, em 9 de janeiro de 2023, no interior do acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército em Brasília.

Destaca-se que o réu, assim como diversas outras pessoas, se encontravam em um acampamento situado em frente ao Quartel-General do Exército, nesta cidade de Brasília/DF.

Sobre o acampamento, ficou exaustivamente demonstrado, quer por meio das imagens que acompanharam a denúncia, quer por meio do

AP 1455 / DF

testemunho prestado, tratar-se de local extremamente organizado (contando, inclusive, com gerador de energia elétrica), dotado de autêntica divisão de tarefas e funções (barracas destinadas ao carregamento de aparelhos de telefonia celular, barracas destinadas ao entretenimento de crianças, barracas destinadas à distribuição de comida, barracas destinadas à distribuição de água, barraca destinada a atendimentos de saúde, barraca destinada à atividade de massoterapia, barraca destinada ao recebimento de doações, entre outras). Observou-se, ademais, a existência de diversas faixas e *banners* com dizeres relacionados a temas políticos, envolvendo o ex-Presidente da República e o atual, restando evidenciado o intuito de provocar animosidade entre as Forças Armadas e os demais Poderes da República (conclamando a operação de Garantia da Lei e da Ordem, a novas eleições e a intervenção militar nesse sentido, fls. 07 do eDoc. 01).

O crime de incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais foi consumado, com dolo livre e consciente do réu, com a exteriorização pública da incitação às Forças Armadas para romper a ordem constitucional, o que revelou-se essencial e determinante para os eventos de 8 de janeiro de 2023.

AP 1455 / DF



Observe-se, ainda, que, mesmo após os atos de 8 de janeiro de 2023, o réu permaneceu no acampamento, resultando em sua prisão em flagrante em 9 de janeiro de 2023, o que reforça a demonstração de sua adesão à finalidade golpista e antidemocrática, que visava à abolição do Estado de Direito.

Portanto, inequívoca a comprovação de que o réu aderiu à turba golpista que se encontrava em frente ao Quartel-General do Exército, pleiteando um golpe de Estado com intervenção militar e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de modo a levar ao fechamento dos poderes constituídos, tudo com base em leitura totalmente equivocada e deturpada do art. 142 da Constituição Federal, de modo a forçar as Forças Armadas, submetidas ao Presidente da República, a ir de encontro a sua missão constitucional.

A participação ativa do réu na dinâmica golpista, portanto, ficou amplamente comprovada, assente de qualquer dúvida, consumando a

infração penal prevista no artigo art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

Diante de todo o exposto, CONDENO o réu FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA pela prática do crime previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

8. DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO PENAL PARA CONDENAR O RÉU FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA nas penas dos artigos 286, parágrafo único, (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais) e 288, *caput* (associação criminosa), na forma do artigo 69, todos do Código Penal.

9. DOSIMETRIA DA PENA

Passo a dosar a pena a ser-lhe aplicada, de acordo com o critério trifásico descrito no art. 68 do Código Penal.

A dosimetria da pena deve levar em conta as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal em relação a cada caso concreto, de acordo com suas circunstâncias, pois encerra certa discricionariedade judicial para a sua efetivação, não havendo critérios matemáticos que vinculem o número de vetores positivos ou negativos previsto no referido artigo, com bem destacado pela eminente Min. ROSA WEBER:

“A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena” (HC 132.475 AgR/SP, Primeira Turma, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe de 23/8/2016).

AP 1455 / DF

A identificação de circunstância desfavorável ao réu, a depender de sua gravidade, pode ensejar um acréscimo mais intenso na pena do que a presença, em outro contexto, de duas ou mais vetais negativas, que, no entanto, inspiram, em seu conjunto, menor grau de censurabilidade. Nesse sentido, o Min. EDSON FACHIN, em voto proferido na AP 863/SP, julgada pela Primeira Turma em 23/5/2017, assinalou que:

“(...) a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena-base.”

Nesse mesmo sentido: TPA 5, Rel. Min. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe. 21/3/2019; AP 971, Rel. Min. EDSON FACHIN, Primeira Turma, DJe. 11/10/2016; AP 644 ED-ED, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe. 21/2/2019; HC 99.270, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 09/10/2015; RHC 128.355, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe. 24/10/2017; RHC 152.050 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe. 28/5/2018; HC 107.409, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 10/5/2012; HC 132.475 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe. 23/8/2016.

Vejam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC 166.548 MC, Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe. 19/12/2018; HC 206.750, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe. 1º/10/2021; RHC 152.036, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe. 08/02/2018; ARE 1.224.175, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe. 2/9/2019; HC 208.353, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe. 17/11/2021; RHC 212.338, Rel. Min. ROSA WEBER, DJe. 9/3/2022.

Assim, para a fixação da PENA BASE, no caso concreto, em atenção às circunstâncias do **artigo 59 do Código Penal**, tais como culpabilidade,

AP 1455 / DF

antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias e consequências do crime, não se observam, objetivamente consideradas, elevada extração dos elementos próprios aos ilícitos penais praticados, de modo que possível a fixação da pena base no mínimo legal.

A análise dos autos não demonstra existir quaisquer das condições de culpabilidade desfavorável ao réu.

Passo, portanto, à análise das demais etapas da fixação de pena para cada infração penal.

9.1) art. 288, *caput*, do Código Penal (Associação Criminosa)

Dispõe a norma penal do artigo 288, *caput*, do Código Penal:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Com base na inexistência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, fixo a pena-base mínima em 1 (um) ano de reclusão.

Não se observam, ainda, circunstâncias agravantes a serem reconhecidas, sendo de se ressaltar que, embora presente a circunstância atenuante prevista no artigo 65, inciso III, alínea e, do Código Penal (ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não a provocou), esta não pode resultar em pena aquém do mínimo legal.

Nesse sentido, o Tema 158 deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (“Circunstância atenuante genérica não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal”), fixado no julgamento do RE 597.270 QO-RG, Relator Ministro CEZAR PELUSO, j. 26/3/2009.

Pena definitiva. Ante a inexistência de causas de aumento e de diminuição, torno a **pena mínima em definitiva em 1 (um) ano de reclusão.**

9.2) art. 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais).

Dispõe a norma penal:

Incitação ao crime

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade.

Com base nas circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, anteriormente analisadas, deixo de fixar a pena privativa de liberdade para fixar exclusivamente a **pena de multa**, medida, esta, socialmente recomendável, sendo adequada e suficiente para a repreensão do delito.

Nos termos do artigo 49 do Código Penal, “*a pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa*”, sendo este estabelecido “*no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa*”.

Nesse contexto, portanto, verifica-se que, como forma de se atender às finalidades da sanção penal, dentre as quais a retributiva, a preventiva e a ressocializadora, suficiente a fixação da multa em **20 (vinte) dias-multa**.

multa, sendo o **valor unitário** fixado em **1/2 (meio) salário mínimo nacional**.

Pena definitiva. Torno a pena de multa definitiva em 20 (vinte) dias-multa, fixado o valor unitário em (1/2) meio salário mínimo nacional vigente à época dos fatos.

10. TOTAL DAS PENAS E REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO.

Consideradas as penas para cada crime acima fixadas, e a existência de concurso material (CP, art. 69), **FIXO A PENA FINAL** do réu FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA, em relação ao crime do artigo 288 do Código Penal, em 1 (um) ano de reclusão, e, em relação ao crime do artigo 286, parágrafo único, do Código Penal, no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, fixado o valor unitário em **1/2 (meio) salário mínimo nacional**, à época dos fatos.

No caso dos autos, observa-se que o réu FRANCISMAR APARECIDO DA SILVA foi condenado, por crime doloso, a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos, de modo que, nos termos do art. 33, §§ 2º, 'a', e 3º, do Código Penal, fixo o regime **aberto** para o início do cumprimento da reprimenda no tocante ao crime previsto no artigo 288 do CP.

Observo, ademais, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal, haja vista o montante de pena aplicável, tratando-se de medida socialmente recomendável.

Nestes termos, portanto, **substituo a pena privativa de liberdade fixada por restritivas de direitos**, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, consistentes em:

- (i) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades

públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a ser indicado pelo juízo de execução;

(ii) Participação em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre “*Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado*”, com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(iii) Proibição de ausentar-se da Comarca em que reside até a extinção da pena;

(iv) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(v) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome do condenado;

(vi) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

Havendo descumprimento injustificado da penas substitutivas impostas, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

11. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MÍNIMA (ART. 387, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). FIXAÇÃO DE MONTANTE A TÍTULO DE DANOS MORAIS COLETIVOS, EM FAVOR DO FUNDO PREVISTO NO ARTIGO 13 DA LEI 7.347/1985.

A Procuradoria-Geral da República apresentou pedido de condenação do réu ao pagamento de indenização mínima, conforme artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, a título de danos morais

coletivos evidenciados pela prática dos crimes objeto da denúncia.

Os eventos descritos na denúncia, relacionados aos acampamentos golpistas montados em frente ao Quartel-General do Exército, resultaram em significativos prejuízos financeiros tanto para os cofres públicos quanto para a população em geral. Segundo informações reveladas pela imprensa (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/exercito-gastou-quase-r-400-mil-durante-atos-golpistas-no-qg-de-brasilia>), o Exército Brasileiro gastou quase R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em operações de segurança e manutenção da ordem no entorno dos acampamentos. Esses gastos, que envolvem não apenas a presença de forças de segurança, mas também operações logísticas e de apoio, para manutenção da ordem, representam um ônus significativo ao erário público, haja vista que referido montante poderia ser direcionado a políticas públicas essenciais em prol da população brasiliense.

Além do gasto com segurança, os dispêndios relativos à limpeza urbana, nos dias que se seguiram à desocupação dos acampamentos, merece destaque, na medida em que, conforme noticiado (<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/slu-recolhe-60-toneladas-de-lixo-de-acampamento-no-qg-do-exercito-em-brasilia.ghtml>), o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal recolheu 60 toneladas de resíduos, gerando custos elevados, que envolveram não apenas a utilização de quinze caminhões de lixo, como também a utilização de trabalhadores que poderiam ser alocados em outras atividades, além de aumentar riscos com a saúde pública e a propagação de doenças.

Quanto ao ponto, dispõe o art. 91, inciso I, do Código Penal:

“São efeitos da condenação:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime”.

Já o art. 387, IV, do Código de Processo Penal estabelece que:

“O juiz, ao proferir sentença condenatória:

(...)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido”.

A necessidade de indenização pelos danos morais advindos da prática dos crimes é indiscutível nos autos, haja vista o prejuízo difuso e coletivo causado pela ação da horda golpista, que visava à ruptura institucional, com a abolição do Estado Democrático de Direito e a deposição do governo legitimamente eleito, mediante violência, vandalismo e significativa depredação ao patrimônio público. Certo é, ainda, que referida horda já se encontrava em acampamentos espalhados pelo país – o que inclui o acampamento localizado em frente ao Quartel-General do Exército – desde a proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022.

Sobre dano moral coletivo, merece destaque a lição de Carlos Alberto Bittar Filho:

“Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara de dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnun in re ipsa*)” (Dano moral coletivo no atual contexto brasileiro. Revista de Direito do Consumidor n. 12. São Paulo : Revista dos Tribunais, out-dez, 1994, p. 55).

AP 1455 / DF

No caso dos autos, é patente a frontal violação ao dever de observância à Constituição Federal e a seus valores supremos, calcados no Estado Democrático de Direito, *“destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”*.

Conforme destaquei em minha posse na Presidência do TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL:

A Democracia não é um caminho fácil, exato ou previsível, mas é o único caminho.

A Democracia é uma construção coletiva daqueles que acreditam na liberdade, daqueles que acreditam na paz, que acreditam no desenvolvimento, na dignidade da pessoa humana, no pleno emprego, no fim da fome, na redução das desigualdades, na prevalência da educação e na garantia da saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

A Democracia é uma construção coletiva de todos que acreditam na soberania popular, e mais do que isso, de todos que confiam na sabedoria do povo, que acreditam que nós, autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, somos passageiros, mas que as Instituições devem ser fortalecidas, pois são permanentes e imprescindíveis para um Brasil melhor, para um Brasil de sucesso e progresso, para um Brasil com mais harmonia, com mais Justiça Social, com mais igualdade e solidariedade, com mais amor e esperança!!!!

Em suma, portanto, é de se destacar que o que pode ser extraído do caso presente é o absoluto desrespeito a princípios constitucionais de observância obrigatória, sobre os quais não pode ser admitida qualquer

margem ou limite transacional.

Desta forma, restaram configuradas nos autos a materialidade e autoria delitiva, em vista do que emerge como consectário lógico a obrigação de indenização pelos danos decorrentes do delito, conforme art. 91, I, do Código Penal, e art. art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Imprescindível ainda assentar que a sentença ou acórdão penal condenatório, ao fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), poderá condenar o réu ao pagamento de danos morais coletivos.

Esta SUPREMA CORTE já se manifestou no sentido de que a condenação criminal pode fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração (art. 387, IV, do CPP), podendo incluir nesse montante o valor do dano moral coletivo (STF. Segunda Turma. AP 1.002/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2020 e AP 1.025, Rel. Min. Edson Fachin, julgada pelo Plenário em 1º/6/2023).

No recente julgado do Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na mencionada AP 1.025, Rel. Min. Edson Fachin, versando caso com reconhecimento de malferimento do patrimônio público a partir das condutas praticadas pelos acusados, cuja inteligência, guardadas as devidas especificidades, pode facilmente ser agora renovada, decidiu-se, a partir da leitura dos art. 5º, X, da Constituição Federal; art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do Consumidor; do art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, pela demonstração do necessário nexo causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira:

“Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção

individual como a geral. “

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.

12. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PENAL para CONDENAR o réu FRANCISMAR APARECIDO**, em concurso material (CP, art. 69), a:

(1) 1 (um) ano de reclusão pela prática do crime previsto no art. 288, caput, do Código Penal (Associação Criminosa), substituída a pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 2º, do Código Penal, pela **PENA RESTRITIVA DE DIREITOS**, consistente em:

(1.1) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, pelo total de 225h (duzentos e vinte e cinco horas), observados os limites mensais de cumprimento no mínimo de 30h (trinta horas), em local a ser indicado pelo juízo de execução;

(1.2) Participação presencial em curso, elaborado pelo Ministério Público Federal, com temática sobre *“Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado”*, com carga horária de 12h (doze horas), distribuída em 4 (quatro) módulos de 3h (três horas), a ser ministrado pelo juízo da execução;

(1.3) Proibição de ausentar-se da Comarca em que

AP 1455 / DF

reside até a extinção da pena;

(1.4) Proibição de utilização de redes sociais, até a extinção da pena;

(1.5) Manutenção da suspensão dos passaportes emitidos pela República Federativa do Brasil, em nome do condenado;

(1.6) Revogação de registro ou porte de arma de fogo, se existente.

(2) 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor de 1/2 (meio) salário mínimo à época dos fatos, pela prática do crime previsto no artigo 286, parágrafo único, do Código Penal (incitação ao crime equiparada pela animosidade das Forças Armadas contra os Poderes Constitucionais);

(3) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), como pagamento do valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos, a ser adimplido de forma solidária pelos demais condenados, em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei 7.347/1985.

Havendo descumprimento injustificado da pena substitutiva imposta, a pena restritiva de direitos será convertida em privativa de liberdade, nos termos do artigo 44, § 5º, do Código Penal.

Após o trânsito em julgado:

(a) lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

(b) expeça-se guia de execução definitiva.

Custas pelo condenado (art. 804 do Código de Processo Penal).

É O VOTO.